



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª
(VIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA E COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES E
PERMISSÕES RELATIVAS ÀS BANCAS
DE JORNAIS E DE REVISTAS,
DE 26 DE MARÇO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Batista das Cooperativas a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 61, de 08/04/2009, juntamente com a ata sucinta da 22ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 21ª Sessão Ordinária.

Quero comunicar a este Plenário que, nesta madrugada, faleceu o ex-Deputado Fernando Naves, que fez parte da primeira legislatura na confecção da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Estamos apresentando uma moção que hipoteca votos de pesar à família do Deputado Distrital Constituinte Fernando Naves. Como não temos *quorum* para deliberar sobre a moção, faço o registro de que é com muito pesar que comunicamos o falecimento do ex-Deputado Fernando Naves.

Convido a todos para que, de pé, façamos um minuto de silêncio em sua memória.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.421, de 2009, que transforma a sessão ordinária de 26 de março em comissão geral, destina-se à discussão do Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências referentes às bancas de jornais e revistas”.

Comunicamos que alguns Deputados desta Casa estão, neste momento, deliberando na Comissão de Assuntos Sociais sobre outros temas. São eles: Deputado Paulo Tadeu, Deputado Milton Barbosa, Deputado Wilson Lima e Deputado Raimundo Ribeiro. Portanto, S.Exas. não estão no plenário por estarem, neste momento, deliberando na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu queria cumprimentar todos os amigos servidores da Secretaria de Fazenda, o Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira Auditoria Fiscal do Tesouro do Distrito Federal – SINAFITE/DF, o Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal – SINDIRETA e todos que nos honram com suas presenças. Como fizemos ontem, receberemos uma comissão de servidores para mantê-los informados do andamento das negociações que estão sendo feitas com o Poder Executivo.

Dando início à comissão geral com o objetivo de deliberar, discutir e apresentar o assunto que trata das bancas de revistas e jornais, em atendimento ao Requerimento nº 1.421, de 2009, solicito ao Serviço de Segurança que abra as portas do plenário para que os interessados no Projeto de Lei nº 1.135, de 2009,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

possam entrar e participar desta comissão geral. A entrada será liberada, dentro dos limites de capacidade, aos interessados no respectivo objeto desta comissão geral.

(Assume a Presidência o Deputado Batista das Cooperativas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Senhoras e senhores, boa-tarde a todos. Quero compartilhar com as pessoas que nos brindam com suas presenças a decisão de aguardar por 5 minutos o Deputado Brunelli, Relator do referido projeto, que pediu deferência para que o aguardássemos. Por parte desta Presidência não há nenhuma dificuldade, mas quero compartilhar com a Plenária, haja vista que sou oriundo do Movimento Social de Cooperativa, de Associação Habitacional e gostamos de decidir tudo em assembléia.

Então, eu gostaria de colocar essa questão. Podemos aguardar 10 minutos? Até para termos um debate mais produtivo, mais rico, com a presença do nosso Parlamentar e, com certeza, de outros Parlamentares.

Em 10 minutos começaremos os nossos trabalhos que, se Deus quiser, no dia de hoje, será coroado de muito êxito e vitória para todos nós.

Obrigado.

(Pausa.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que prorroga as concessões e permissões pertinentes às bancas de jornais e revistas previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992.

Convidamos para presidir esta Comissão Geral o Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e um dos autores do requerimento desta reunião, Deputado Batista das Cooperativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dando boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “prorroga as concessões e permissões pertinentes às bancas de jornais e revistas do Distrito Federal previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992”.

Convido para compor a Mesa os seguintes convidados: o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa e um dos requerentes desta reunião, Deputado Paulo Tadeu; o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Bispo Renato; o Relator do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Dr. Charles.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

Informo que está a caminho desta Casa o Corregedor e também Relator do projeto pela Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Brunelli, que logo estará conosco.

Anuncio que, neste exato momento, a Comissão de Assuntos Sociais está reunida, debatendo um importante projeto de lei desta Casa. Nessa reunião, encontram-se os Deputados Wilson Lima; Milton Barbosa; Raimundo Ribeiro; a Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, e o Deputado Aylton Gomes. No momento, aproveito para convidar os demais Parlamentares que porventura estejam na Casa e possam nos brindar com a sua presença.

Concedo a palavra, para considerações iniciais, ao Deputado Paulo Tadeu, que participa da Comissão de Assuntos Sociais para deliberar sobre outro projeto na Casa. Com muito prazer, recebemos V.Exa., Deputado Paulo Tadeu, que é um dos autores desse requerimento e muito tem contribuído para o bom andamento dos trabalhos desta Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Quero, Sr. Presidente, fazer a minha saudação a V.Exa., ao Deputado Bispo Renato, bem como ao Deputado Dr. Charles, pela presença nesta nossa Comissão Geral.

Parabenizo esta Casa por ter tido a coragem de pegar um projeto do Poder Executivo e criar esta comissão para democratizar esse debate. A Câmara tem que exatamente se comportar dessa maneira, até como poder do povo. Ela não pode votar matérias dessa natureza, dessa grandeza, sem a participação popular. Então, parabenizar a todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização desta Comissão Geral.

Saúdo também os permissionários das bancas de jornal e revistas do Distrito Federal. Sei da importância da atividade que vocês exercem. Temos a clareza de que vocês são verdadeiros lutadores na manutenção dessa importante atividade econômica para a nossa sociedade. Mais do que uma banca de jornais e revistas, vocês possuem uma banca de informações. É a essas bancas que as pessoas recorrem para se informarem a respeito da nossa sociedade. É lá que, de uma maneira ou de outra, observamos uma movimentação que gera o conhecimento entre aqueles que aqui moram. Portanto, é claro que não podemos aceitar, Sr. Presidente, que uma atividade que vem sendo desenvolvida durante anos e anos seja, de repente, interrompida pela visão de um secretário ou de um estado que deveria, ao invés de oprimir, proteger os trabalhadores, o micro e o pequeno empresário.

Esta Casa é uma Casa de leis. Sabemos que vocês passaram, durante alguns anos, e ainda estão passando por algumas aflições e inseguranças que a cada dia batem na porta de vocês: "Será que amanhã eu vou ter a minha banca de revistas? Será que amanhã eu vou prestar esse serviço à população? Será que vou perder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

aquilo que sustenta a minha vida, essa importante atividade econômica a que durante anos e anos me dediquei?”

Esta Casa, de fato, tem que trabalhar no sentido de diminuir ou mesmo acabar completamente com essa insegurança. O Poder Legislativo, como já fez em outras áreas, em outros setores, discutiu recentemente a situação da moradia. Há um tempo, Deputado Dr. Charles, com relação àqueles servidores da Saúde que estavam prestes a perder seus empregos, esta Casa aprovou a Emenda à Lei Orgânica, garantindo a manutenção daqueles servidores no seu emprego e na sua atividade essencial para a população. Também, ano passado, discutimos aqui os puxadinhos – aquele comércio nas W3 e na Asa Norte –, garantindo um espaço que eles já ocupavam. Os *trailers* e quiosques, Deputado Bispo Renato, lembra? Nós discutimos aqui, resolvemos e aprovamos uma lei. Então, não poderíamos virar as costas para vocês.

O Governo enviou para esta Casa um projeto de lei que prorroga por 10 anos as atuais concessões, e nós temos concordância com esse item do projeto, porque do outro lado tem alguém dizendo o seguinte: “Tem que fazer licitação”. Esquece que vocês passaram 20, 30 anos ou mais trabalhando à frente desse negócio e diz: “Agora tem que fazer licitação”. E a licitação pode, inclusive, privilegiar o poder econômico. Muitas vezes, em uma licitação, quem tem dinheiro vai lá e compra, paga mais! E aí vocês que estão lá anos e anos trabalhando naquela banca de revista vão acabar perdendo para um grupo econômico mais forte.

Então, temos de ter muito cuidado para que as leis não ofereçam a opressão, o desgaste, a angústia. Isso nós não podemos deixar.

Mas é claro que a lei do Governo precisa ser melhorada. Por isso a realização desta Comissão Geral. Estamos recebendo várias demandas, de diversos donos de bancas de revistas, aqui na Câmara Legislativa – não só eu, como os demais Parlamentares –, reivindicações que procuram melhorar o projeto. Entre elas, aquela situação conhecida pelo Poder Público: a pessoa adquiriu há muitos anos uma determinada banca de revista, fez o chamado contrato de gaveta – vamos botar aqui de maneira muito clara como foi feito, porque é uma concessão, e a concessão não permite isso –, e está lá trabalhando há pelo menos 15, 20 anos, em alguns casos até mais. O Poder Público sabe que ela está trabalhando, porque tem o levantamento disso. Essas pessoas passam, então, por uma situação difícil. Nós não podemos virar as costas para essa reivindicação, bem como para outras reivindicações que estão surgindo nesse processo.

Então, eu quero aqui afirmar a minha solidariedade a todos vocês, o meu posicionamento favorável a essa matéria, bem como às melhorias que esta Casa pode construir, como construímos em outras áreas – citei aqui vários exemplos – para que esses trabalhadores, esses pequenos e microempresários possam sair daqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

satisfeitos e com a segurança de que não terão na porta da sua banca de revista um megaempresário tomando dele aquele negócio.

Então, quero externar a minha solidariedade, o meu apoio, o meu apreço e respeito a vocês. Portanto, meus parabéns pela luta que estão travando neste momento. E conte com a gente para o que der e vier.

Muito obrigado a vocês pela participação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Quero agradecer as palavras do Deputado Paulo Tadeu, sabendo de seu compromisso, horas antes agendado.

De uma forma muito rápida, eu gostaria de fazer algumas considerações iniciais. Antes, eu gostaria de convidar para compor a Mesa conosco o Diretor-Adjunto da AGFIS, Sr. Gleiston Marcos de Paula, e o presidente do Sindicato dos Jornaleiros do Distrito Federal, Sr. José Maria da Cunha.

Fazendo coro com as palavras do Deputado Paulo Tadeu, esta Casa abre esse momento de debate com um único e grandioso propósito que é melhorar o projeto ora apresentado pelo Poder Executivo aqui na Casa.

Então, em rápidas palavras, farei as minhas considerações iniciais; logo em seguida, vou compartilhar a presidência desse trabalho com o Deputado Dr. Charles e com o Deputado Bispo Renato, que estão aqui conosco, e pedir licença aos senhores para me retirar, uma vez que hoje estamos em um debate imenso em defesa da habitação. Esta semana é uma semana proativa para as pessoas que não têm o seu direito sagrado de morar. O Presidente Lula, o Governo Federal, em parceria com os governos locais, anunciou no dia de ontem a fantástica notícia, o fantástico projeto “Minha casa é minha vida”, para destinar às pessoas que não possuem moradia um milhão de casas populares no País.

E o Distrito Federal está apresentando a sua contrapartida, a sua parcela de contribuição. No domingo, dia 29, estarão no Ginásio Serejinho, em Taguatinga, às 9 horas, cerca de 40 mil pessoas para receber o Presidente Lula, o Governador Arruda, o Ministro das Cidades, o Ministro do Planejamento e os Parlamentares desta Casa, a quem mais uma vez reitero o convite. Antes de qualquer coisa, esse é um debate de todos, é a defesa da habitação, da moradia, da casa própria. Então, juntamente com outros Parlamentares, estamos muito envolvidos nesse debate. Eu tenho uma reunião logo em seguida com o Governador Arruda para estrategiarmos o domingo, dia 29.

Srs. Deputados, Srs. membros do Poder Executivo, assessores, imprensa, populares da galeria, amigos jornalheiros, boa-tarde a todos e a todas.

Inicialmente, informo que esta Comissão Geral é resultado de uma articulação que contou com o apoio do Deputado Brunelli, Relator do PL nº 1.135/2009 pela Comissão de Assuntos Fundiários; do Deputado Dr. Charles, Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

pela Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Assuntos Fundiários, a qual eu presido, bem como do Deputado Paulo Tadeu, que havia apresentado um requerimento para realização de uma audiência pública e concordou, num gesto magnânimo, em apoiar a realização desta Comissão Geral.

A diferença entre uma comissão geral e uma audiência pública é que hoje nós estamos em uma sessão legislativa para, com os senhores, abriremos um debate sobre o projeto. Com isso, esta Presidência quer ressaltar a importância desse projeto e mostrar como a Casa encara o projeto.

Quando eu tinha vinte e poucos anos – já dá para os senhores mensurarem que faz muito tempo – eu já ouvia o Sr. Ozeti, da banca da 112, falar sobre esse projeto, sobre essa necessidade. Com o Sr. João, a mesma coisa. E eu queria confidenciar algo para o Zé da Banca, que não sabe disto, nenhum dos senhores sabe: o meu primeiro gibi, Zé Carioca, comprei na banca do Zé da Banca. Não sei nem se você era proprietário na época, lá no Gama.

Saúdo a Deputada Jaqueline Roriz, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que acaba de chegar: seja muito bem-vinda; e o Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa.

Deputado Cabo Patrício, eu estava fazendo algumas considerações sobre a importância desse projeto e de como a Casa o encara, razão pela qual transformamos a sessão em uma Comissão Geral.

Parabenizo o Poder Executivo pela grandeza de encaminhar esse projeto à Casa. Como o Deputado Paulo Tadeu falou, tenho a nítida sensação de que podemos melhorar – e muito – esse projeto.

As bancas de jornais e revistas têm, na minha vida, como eu coloquei aqui, uma grande importância emocional. Na nossa cidade, as bancas têm uma grande importância cultural: um país só cresce quando a cultura é estimulada, divulgada e valorizada. Nesse sentido, as bancas de revistas têm um papel fundamental.

Vocês, jornalistas, levam informação, cultura e entretenimento às nossas quadras, entrequadras, avenidas comerciais. Alguns becos ganham vida e alegria com as bancas.

Se alguém quer uma informação sobre como montar uma empresa, vai encontrar tudo de que precisa em uma banca de revistas; se quer saber sobre seu animal de estimação, vai encontrar em uma banca de revistas tudo de que precisa; se quer um passatempo, um entretenimento, vai encontrá-lo na banca de revistas.

Além disso, as bancas são também pontos de encontro, espaços de convívio, onde se conhece pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

É este espaço tão importante para a vida da nossa cidade que terá sua concessão regulamentada pelo Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, o que torna esta Comissão Geral tão importante para todos nós.

Registro a presença do nosso Corregedor da Câmara Legislativa, Deputado Brunelli, Relator pela Comissão de Assuntos Fundiários desse projeto, e cumprimento-o. (Palmas.)

Concluindo, espero que, nesta tarde, possamos ouvir cada jornalista, com suas histórias e opiniões e, ao final desse processo, Deputado Brunelli, possamos incluir no nosso relatório um pouco do desejo de cada um que exerce essa tarefa tão importante, mas infelizmente ainda tão pouco valorizada.

Obrigado aos membros do Poder Executivo que atenderam ao nosso convite e aqui estão para contribuir com o debate e o meu muito obrigado a cada jornalista que aqui se faz presente.

Eu recebi o comunicado agora de que o Sr. Roberto Giffoni, Secretário de Estado da Ordem Pública, Social e Controle Interno do Distrito Federal estará conosco nos próximos minutos. É muito bem-vindo até porque o tema que vamos debater aqui tem uma pertinência enorme na Pasta que S.Exa. secretaria. Eu gostaria de fazer esse anúncio.

Sejam todos muito bem-vindos! Esta é a Casa de vocês, é a Casa de todos. Espero que tenhamos hoje uma ótima produtividade. Contem sempre comigo.

Eu gostaria, neste momento, de compartilhar a Presidência com todos os Parlamentares que estão aqui. Como falei no início, peço licença para me retirar, pois vou a uma reunião com o Governador Arruda, na qual falarei sobre esta Comissão Geral, que conta com a participação efetiva de todos vocês, e, principalmente, sobre o fato de que vamos melhorar esse projeto. Acho que a Casa pode melhorá-lo, e já está, como disse o Deputado Paulo Tadeu, recebendo várias contribuições.

Sr. José Maria, eu fiz o comentário no corredor de que esse projeto é muito esperado por todos nós, assim como o projeto dos *trailers*, dos quiosques, e vários outros projetos, que, muitas vezes, quando chegam a Casa, é natural que se tenha uma busca de celeridade. Contudo, o projeto pode ser melhorado. Fico pensando na banca de revista que tem um mezanino, lá no Gama. Cito o Gama, como poderia citar Sobradinho, Recanto das Emas, São Sebastião, enfim, qualquer cidade. O projeto não dispõe sobre isso. Podemos contribuir com isso, a Casa pode contribuir com isso. Fico imaginando — só criando um exercício de pensamento — uma banca que está alocada em outro local e que, por diversas situações, não está onde deveria, a 2, 3 metros, ou tem um tamanho diferenciado. Será que esse projeto pode contribuir com isso? Claro que pode.

É com esse espírito que transfiro a Presidência ao Deputado Brunelli, e, mais uma vez, desejo que a tarde de hoje seja produtiva. Tenho certeza de que será. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

Deputado Brunelli é Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, uma das comissões que possui a prerrogativa de analisar a pertinência do projeto. O Deputado Dr. Charles é Relator pela Comissão de Constituição e Justiça, pela qual passam todos os projetos nesta Casa e que também tem essa prerrogativa, já de ofício.

Então, eu me permito compartilhar a Presidência com todos os senhores, com todos os Parlamentares, e peço licença para me retirar.

Muito boa tarde.

(Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Brunelli.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Agradeço a deferência das palavras do Deputado Batista das Cooperativas, que tem sido uma grata revelação nesta Casa pelo seu trabalho, sempre abnegado, em prol das pessoas que precisam de moradia. Contudo, o nosso caso não é só de moradia. É caso de levar a vida à frente, pelos tantos anos que os senhores e as senhoras trabalham em prol do sustento das suas famílias.

Tenho certeza de que esta Comissão Geral que fazemos hoje, que tem caráter de audiência pública, terá várias contribuições, as quais ouviremos. Desde já, eu gostaria de ver os inscritos.

Deputado Dr. Charles, eleito pelo PTB, companheiro nosso de Taguatinga, um militante da área de Saúde. Hoje, S.Exa. milita tanto na área de Saúde que já extrapolou o Entorno. É o homem que está fazendo saúde até no Entorno, pela sua vocação, e está relatando o projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Dr. Charles, V.Exa. tem os microfones abertos para suas considerações nesta tarde.

DEPUTADO DR. CHARLES – Muito obrigado, Presidente Brunelli. É porque saúde não tem pátria, não tem lugar, tem que ser estendida a todas as pessoas deste país. É constitucional. V.Exa., que é um jurista, sabe que isso está na Constituição brasileira.

Eu gostaria de saudar o Deputado Cabo Patrício, a Deputada Jaqueline Roriz, o Presidente do Sindicato das Bancas, Sr. José Maria, o meu amigo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, as senhoras e os senhores.

Realmente, Brasília, ultimamente, tem convivido com alguns problemas, com alguns tumultos, com algumas ações, às vezes, intempestivas. Há pouco tempo, nós vivemos a questão de várias necessidades das pessoas que vivem nesta cidade. Uma delas foi parecida com a necessidade de vocês: a questão dos quiosques, pois havia pessoas que eram, há mais de 20, 30 anos, donos de quiosques. Essas pessoas, de repente, se viram quase que no meio da rua, sem o seu instrumento de trabalho, para obter seu pão de cada dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

Mas todos os Parlamentares ficaram sensíveis à questão. Falam que Deputado é isso, que é aquilo, que trabalha pouco e ganha muito e outras coisas que não são verdade. Mas quantas vezes nós ficamos aqui até de madrugada para vermos resolvidas as questões do povo desta cidade, dos trabalhadores do Distrito Federal? Todos os Parlamentares se fizeram presentes para que a questão dos quiosques não ocorresse daquela maneira.

Eu fui autor de algumas emendas, sendo que uma delas foi crucial para a questão da remissão dos débitos do pessoal dos quiosques. Nós, juntos, evitamos que aquela taxa aumentasse em quase 1.000%, impedindo as pessoas de trabalharem. Isso não podia acontecer. O Sr. Governador percebeu que realmente não podia ser daquela maneira e voltou atrás na sua decisão. Hoje, neste interregno, até que seja estabelecida a lei, não irão aumentar taxa alguma.

Então, na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, eu já tinha conversado com o Sr. José Maria sobre o projeto, que, já inicialmente, atendia a vocês. É claro que aqui estamos todos juntos para que o projeto seja melhorado muito mais. Nós estamos aqui para isto: para melhorar no que for possível. Mas eu quero dizer que, na qualidade de Relator do projeto inicial, eu fui amplamente favorável à questão na Comissão de Constituição e Justiça e vou dizer aos senhores como eu me posicionei. Voto do Relator: "Conforme o dispositivo no Art. nº 63, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cumpre a esta Comissão analisar a proposição quanto à admissibilidade, considerados os aspectos constitucional, legal, redacional, regimental, de técnica legislativa e redação. Dessa forma, a proposição atende aos requisitos para a sua admissibilidade no âmbito desta Comissão, quanto à sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redacional, não havendo nenhum óbice à sua aprovação. Assim, sou pela admissibilidade do projeto".

Fomos, portanto, favoráveis à aprovação do projeto nesta Comissão importante, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Estamos presentes, para o que for preciso melhorar, pois estamos ao lado dos senhores.

Eu quero parabenizar o Deputado Batista das Cooperativas, autor da convocação desta Comissão Geral, que teve de sair por alguns momentos. Eu quero dizer que só assim, reunidos, seremos vitoriosos. Eu tenho dito que quem não briga por aquilo de que necessita não ganhará nada. De graça, ninguém consegue nada. Então, é preciso que todos estejamos presentes, participando, para que possamos fazer um projeto final que atenda aos anseios de todos os senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desejo a V.Exa. uma bela condução dos trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Jornaleiros do Distrito Federal, Sr. José Maria da Cunha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

Antes, eu gostaria falar da nossa gratidão ao Sr. Ednaldo, pelo trabalho realizado, com muita presteza, no Sindicato. Ele sempre trabalhou para que esta classe tivesse dignidade.

SR. JOSÉ MARIA DA CUNHA – Boa-tarde, senhoras e senhores, membros da Mesa.

Muito obrigado pela presença de todos.

Eu queria deixar algo bem claro com relação a este projeto.

Nós estamos, há muitos e muitos anos, nessa luta, batalhando junto às autoridades governamentais no sentido de assegurar o nosso direito de permanência, pois a banca de jornal é uma atividade pioneira em Brasília. Nós temos aqui o nosso amigo Lourival, que é jornalista há mais de 40 anos. Para se ter uma idéia, o nosso Sindicato foi fundado em 1961, apesar de, antes disso, já existir uma associação dos jornalistas. Ou seja, é preciso que fique claro que esta é uma atividade pioneira.

Cada banca de jornal gera de 4 a 5 empregos diretos, fora os indiretos, ou seja, há milhares de trabalhadores que labutam nessa área. É uma atividade muito importante porque uma banca de jornal não é simplesmente um ponto comercial, é também um ponto cultural. Nas superquadras vemos, pela manhã, jornalistas entregando jornais, revistas e outras coleções, de apartamento em apartamento.

Enfim, há uma interrelação muito grande com a comunidade local. É uma atividade da maior importância para Brasília. Por isso é que nós colocamos uma faixa aqui embaixo: “Brasília precisa ler mais para ser mais”. Ser mais ativa, ser mais atuante, ser mais dinâmica. E essa é a missão do jornalista. Esta é a nossa missão: trazer cultura, informações e lazer para a comunidade. Então, nós precisamos cultivar e fortalecer essa atividade.

Eu não sei se os senhores sabem, mas há mais de 15 anos que não se faz uma licitação de bancas em Brasília. Hoje, Brasília tem menos bancas de jornal do que muitas cidades de São Paulo, sendo que somos a terceira praça na venda de jornais e revistas neste país.

Ora, então, não é admissível que uma cidade do porte de Águas Claras não tenha uma banca de jornal em área pública, assim como no Recanto das Emas e em São Sebastião.

Inclusive, esse é um ponto de discussão para mais tarde porque Brasília precisa ler mais. As crianças precisam ir mais às bancas de jornal.

Nós vivemos um clima de insegurança e intranquilidade há mais de 10 anos: desde o advento da Lei nº 8.666 que não se faz mais uma renovação de bancas de jornal em Brasília. Os nossos contratos são anteriores à Lei nº 8.666 e a previsão dos nossos contratos originais é que teríamos o direito de renovação e transferência do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

nosso termo. E hoje existem paralisados nas Administrações Regionais centenas de contratos de bancas esperando para serem repassados para outras pessoas. Por isso, precisamos regularizar essa situação. O art. 1º diz que se prorrogam, por mais 10 anos, as nossas concessões e permissões de uso.

Ora, não é só a prorrogação do contrato, e, sim, o direito de transferência. É preciso assegurar o nosso direito de transferência *inter vivos* e *causa mortis*; ou seja, caso o permissionário da banca venha a morrer, ficará o direito para seus herdeiros e sucessivos e se, por qualquer motivo, ele não puder continuar, poderá passar a banca para outra pessoa.

Então, esse projeto atende perfeitamente às nossas necessidades básicas. Ora, é lógico que nós temos muitos outros assuntos, que poderão ser discutidos em outros projetos que poderemos apresentar a esta Casa. Mas, de imediato, nós queremos esse direito assegurado: o direito de permanência, já que quase todas as bancas estão com a morte anunciada.

Eu, por exemplo, assinei o meu contrato em 2002 e só por 10 anos. E agora, em 2012, eu terei de devolver a banca para o GDF. Isso está escrito bem claro! E não é isso que queremos. Queremos continuar trabalhando porque fundamos uma microempresa, geramos emprego. É dali que tiramos o sustento da nossa família. Enfim, temos aqui um projeto no qual pedimos o apoio desta ilustre Casa para que nos fortaleçam e para que permaneçamos, no nosso dia a dia, trazendo mais cultura e informações ao povo de Brasília.

Muito obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Eu também não poderia deixar de fazer menção e prestar nossa homenagem ao Sr. Lourival. Nós o faremos duas vezes, porque, além de pioneiro, ele é pai de uma pastora da nossa Igreja, a Casa da Bênção: a Pastora Guiomar, que, há muitos anos, dirige a nossa Igreja de Samambaia. Muita alegria em revê-lo aqui.

Concedo a palavra ao senhor para fazer as suas considerações.

SR. LOURIVALDO SOARES MARQUES – Boa tarde, senhoras e senhores. Espero que, nesta tarde, eu seja iluminado com as palavras para sensibilizar o sentimento que pode ser nos franqueado o sucesso na nossa pretensão. (*sic*)

Eu represento, neste momento, o primeiro jornalista de Brasília. Foi lá na 108 sul, onde tudo começou. Brasília começou aqui. O pioneiro Lourivaldo, fundador do sindicato, modelo de profissionalismo, sobrevivente deste capitalismo selvagem que obrigou vários jornalistas a passar os seus pontos, motivados pelo alto preço do aluguel e a queda nas vendas.

Hoje, diante deste projeto do Governo para ampliação do prazo dos contratos, reivindico também uma redução de 50% dos aluguéis para as bancas de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

Brasília, pois as leis estão tão duras que enfrentamos grandes dificuldades para cumpri-las.

Quanto à prorrogação, não é o suficiente. Queremos as nossas bancas definitivas. Somos fundadores e muitos de nós estamos aqui desde antes das leis. Os colegas que hoje solicitam suas transferências foram vítimas deste processo que relato por falta de condições financeiras, concorrência da Internet, concorrência dos falsos distribuidores de revistas em Brasília, que colocaram as revistas nos mercados, concorrência das assinaturas dos jornais, que furam e dão condições melhores do que as nossas, obrigando nós profissionais a mantermos um imaginário padrão de vida.

O Lourivaldo sempre representou o peso fundamental para a nossa profissão. Ora, ele hoje é um jovem com 71 anos e com muita garra.

Nesse processo todo, muitos de nós passamos muitos desafios. Os assaltos às bancas nos têm dado muitos prejuízos e causado perdas de vidas humanas. A maioria dos profissionais já foi assaltada mais de três vezes. Eu, pessoalmente, já fui assaltado 9 vezes, mas soube sair dessa situação.

Conto nesta tarde com a sensibilidade de V.Exa. para que veja o lado social da atividade em questão. Não somos mercadores, somos semeadores de cultura. Só ser o primeiro jornalista não basta. É preciso também criatividade, determinação e ação.

Despeço-me dessa assembléia deixando um abraço para todos os jornalistas e para esta Mesa. Uma boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – É verdade, Sr. Lourival. Eu estava conversando aqui com o nosso Vice-Presidente da Casa, Deputado Cabo Patrício, que também é um símbolo da luta pela segurança no Distrito Federal. S.Exa. compartilha também desse mesmo sentimento e vê que a polícia hoje precisa estar mais aparelhada para poder servir melhor à população.

Eu concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, que nos honra muito com a sua presença, sempre significativa, para também externar os seus pensamentos consonantes a essa categoria tão importante.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Eu queria desejar boa-tarde a todos os presentes. É um prazer recebê-los aqui na Câmara Legislativa para discutirmos um projeto de tamanha importância. Mas é bom que esclareçamos alguns fatos aqui.

Nós, por exemplo, trabalhamos em cima dos projetos dos *trailers*, similares e quiosques e melhoramos muito a lei. Portanto, é muito importante que haja esta Comissão Geral, mas, além desta Comissão Geral, que também tenhamos reuniões com os técnicos do Governo, com os parlamentares, com a Liderança do Governo e com a Liderança da Oposição para que, na ânsia de regularizarmos uma situação, principalmente pelo que eu ouvi das duas falas, do presidente do sindicato e do Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

Lourival, que expôs muito bem, desde a inauguração de Brasília até hoje, as deficiências e os anseios de cada um... Não adianta simplesmente regularizar as concessões que hoje existem. Na questão dos *trailers*, por exemplo, nós colocamos na lei a possibilidade de transferência no caso de morte de algum permissionário. Nós colocamos a titularidade de cada um dos proprietários de *trailers*. Colocamos inclusive a possibilidade de eles serem colocados em locais onde tivessem maiores condições de ter uma renda melhor.

Foi dito aqui que Águas Claras, por exemplo, não tem nenhuma banca. Candangolândia e outras cidades também não. É inadmissível haver uma cidade que não tenha uma banca de revistas e jornais, por mais que tenha advindo a Internet ou qualquer outro meio da modernidade, da globalização. As nossas jornalistas estão ali no aquário para gerar notícias, que amanhã serão publicadas nos jornais. Ficam ali a tarde toda produzindo notícias, que são publicadas nos jornais no dia seguinte.

É verdade que cada ponto desses passa a ser uma referência na quadra onde ele é estabelecido. Qual o morador que não vai a uma banca de revista para comprar uma revista ou um jornal? E hoje as bancas não vendem apenas jornais e revistas. Tem muitas bancas que já aprimoraram e muito o serviço que prestam. Vendem sorvetes, plastificam documentos e fazem uma série de outros serviços que atendem às necessidades da sua quadra. E é importante que elas façam isso.

Então, nós Parlamentares, os 24 desta Casa, independentemente de questão política-ideológica e da sigla partidária que tenhamos, temos o compromisso de discutir o projeto para melhorá-lo. Inclusive, durante esta legislatura, temos feito isso em todos os projetos e, com certeza, com esse não vai ser diferente. Os cinco artigos que estão aqui que tratam da lei, por exemplo, não são suficientes para atenderem às necessidades de todos vocês. Eu entendo que o Executivo acertou quando encaminhou o projeto para a Câmara Legislativa. E nós, como Parlamentares, eleitos pelo povo, temos a obrigação de legislar, de melhorar os projetos. Ouvindo quem? A sociedade e as partes interessadas, que são vocês.

Então, nós temos, não só hoje nesta Comissão Geral, mas em outras reuniões, o dever de ouvir as pessoas que representam cada um de vocês para construirmos, seja por emendas de Parlamentares ou mesmo por um substitutivo, depois de ampla discussão, um consenso para que o projeto seja aprovado como o projeto dos *trailers* e quiosques, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Brunelli, sem nenhum voto contrário, com todos os Parlamentares votando unanimemente pela aprovação do projeto e com toda a categoria saindo desta Casa satisfeita com o projeto que foi aprovado, pois essa é a função da Câmara Legislativa.

Eu tenho toda certeza de que, quando ele for aprovado, vocês verão – não só cada um de vocês, pois vocês repassarão para toda a sociedade – a verdadeira importância da Câmara Legislativa, a verdadeira importância da democracia, que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

constitui com um Executivo forte, com um Judiciário forte, mas também com um Legislativo forte. Daí a importância de se ouvir cada um.

Eu tenho toda a certeza e a convicção de que esse projeto será melhorado e de que nós podemos constituir um substitutivo, Deputado Brunelli, Deputada Jaqueline Roriz, para que todos vocês tenham os anseios contemplados e nós possamos ter uma lei que depois o Governador sancione, sem nenhum veto, e até faça posteriormente uma solenidade, como fez no caso dos quiosques, como sendo um projeto de que todos vocês possam participar.

Nós estamos em um momento de crise e, neste momento de crise, precisamos fazer uma reflexão que é não só sobre a legalização da concessão, não é só sobre a prorrogação, mas sobre a ampliação desse direito, para que vocês possam não só terem a sua renda garantida, mas também gerar mais empregos e para que outras pessoas também possam gerar empregos, porque são os pequenos e microempresários que combatem a crise. São os pequenos e microempresários que pagam os seus impostos em dia. São esses pequenos empresários que trabalham no dia-a-dia e que estão todos os dias ali conhecendo a necessidade de cada cidadão. Então, eu não vejo nenhum outro caminho para se combater a crise a não ser com o pequeno e microempresário.

Espero que vocês possam voltar aqui no dia da votação e saiam daqui com o projeto nas mãos e aprovado por unanimidade dos 24 Deputados desta Casa, até a sanção do Governador.

Parabéns a vocês pela luta e pela conquista até o dia da aprovação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Boas as palavras do Vice-Presidente desta Casa, Deputado Cabo Patrício, que também certamente contribuirá para a melhora desse projeto.

A Deputada Jaqueline Roriz está inscrita para falar. S.Exa. é uma pessoa que tem trazido sua revelação e contribuição à proposta. Ela tem um pai com história na cidade. Eu também me sinto com esta responsabilidade por ter um pai com uma história nesta cidade. O pai da Deputada Jaqueline Roriz trouxe grandes contribuições ao Distrito Federal. Não é fácil estarmos com a responsabilidade dessa sucessão, mas S.Exa. tem feito isso com responsabilidade e pontuado seus pensamentos com legitimidade e elegância.

Registro a presença do Sr. Roberto Giffoni, Secretário de Estado da Ordem Pública, Social e Controle Interno do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Eu gostaria de cumprimentar todas e todos presentes; o Deputado Brunelli, que está presidindo esta Comissão Geral; o Vice-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

Presidente desta Casa, Deputado Cabo Patrício; o Sr. José Maria Cunha, representante do Sindicato dos Jornalheiros — eu tive a oportunidade de conversar com ele em meu gabinete —; o Diretor-Adjunto da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, Sr. Gleiston Marcos de Paula; e o Secretário Roberto Giffoni.

Esta Lei nº 324, de 1992, do ex-Governador Joaquim Roriz, alteava os serviços dos jornalheiros e das bancas de revistas daquela época. Venceu-se o prazo de 10 anos e o Poder Executivo mandou um projeto para prorrogação deste prazo. Até onde entendi e conversei com os representantes, tudo estava muito bom. Disseram que iriam prorrogar. Escutei atentamente todos os que falaram aqui. Mas queremos mais que isso. Até então eu pensava que, como estava, já era o suficiente. Tive a grata surpresa de saber que a categoria quer um pouco mais, quer a garantia de passar ao filho, ao neto, a empresa de onde tirou o pão a vida inteira.

Por isso, apresentei uma emenda e quero saber se é satisfatória. Nela, eu sugiro que se inclua nas futuras negociações o sindicato. Eu gostaria de saber se isso seria importante para o sindicato. Acredito que, com essa inclusão, esta Casa, nas futuras negociações, garantirá o direito de vocês, que são os empresários.

Eu gostaria de deixar o meu abraço a vocês. Esta luta não é só de vocês. Começou no governo passado, com muita responsabilidade, e vai continuar com a ajuda da nossa Câmara Legislativa. O nosso papel é de agente fiscalizador. Buscamos melhorar, sempre que for possível, a vida de cada cidadão, de cada empresário.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Concedo a palavra ao Diretor-Adjunto da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, Sr. Gleiston Marcos de Paula, para fazer as considerações do Executivo sobre esse processo.

SR. GLEISTON MARCOS DE PAULA – Boa-tarde a todos. Boa-tarde ao Deputado Brunelli, à Deputada Jaqueline Roriz, ao Deputado Cabo Patrício, ao José Maria e ao Giffoni, Secretário de Ordem Pública.

Em primeiro lugar quero parabenizar esta Casa pelo espírito democrático que tem demonstrado nas discussões de interesse da população. Cito, como exemplo, a questão dos quiosques, que foi bem discutida. Para a Agência de Fiscalização é interessante a discussão desses assuntos como quiosques, puxadinhos e bancas de revistas, para que sejam solucionados de forma definitiva. Isso facilita a nossa vida como fiscais.

Quanto à questão das bancas de jornais, não há uma programação do trimestre respectiva a alguma ação. Estamos aguardando a aprovação da lei e a regulamentação dessa atividade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

Saliento que trabalhamos com programação fiscal. Hoje não trabalhamos de forma isolada, não agimos de formas diferentes em uma cidade e outra. Agimos no Distrito Federal de forma direta em todas as situações.

Desejo a vocês sucesso. Estamos abertos a qualquer discussão.

José Maria, parabéns pela conquista de vocês. Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Agradeço ao Gleiston Marcos por sua intervenção e presença em respeito ao Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto Giffoni.

SR. ROBERTO GIFFONI – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Brunelli; Deputado Cabo Patrício; Deputada Jaqueline Roriz; José Maria, aqui representando todos os permissionários de bancas de jornais e revistas; Gleiston, Diretor-Adjunto da AGEFIS, eu consegui vencer o trânsito e a chuva. Estava no Gama, mas fiz questão de vir aqui, em convite feito pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, para participar desta Comissão Geral, porque esse problema precisa de uma solução rápida, e a Câmara Legislativa apresenta essa condição no momento em que faz um debate como esse, com representantes de diferentes partidos. Estão presentes o Deputado Brunelli, do Democratas; o Deputado Cabo Patrício, do Partido dos Trabalhadores; a Deputada Jaqueline Roriz, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Isso mostra que a questão da solução envolvendo a permissão de uso das bancas de jornais e revistas hoje é suprapartidária dentro da Câmara. Todos os partidos têm interesse em dar o mínimo de tranquilidade a quem acompanhou a consolidação e o crescimento de Brasília e do Distrito Federal.

A Deputada Jaqueline Roriz pontuou bem. Essa lei de 1992, feita pelo então Governador Joaquim Roriz, define no seu art. 1º os critérios. E é importante sublinhar isso para a categoria. Está na Lei nº 324, de 1992: “A ocupação e a exploração de bancas de jornais e revistas, definitivas ou provisórias, e áreas anexas serão feitas com outorga de permissão ou concessão, sempre por meio de concorrência pública, observadas as normas desta lei e mediante assinatura de termo de permissão ou concessão de uso”. O que é importante sublinharmos nesse aspecto? É que a lei em nada fere o comando constitucional de que termo de permissão, concessão e outorga de direitos de áreas do poder público tem de ser feito através de procedimento licitatório. A lei foi clara. É evidente que, com o passar dos 10 anos, o que deveria ter ocorrido era justamente a perspectiva de esse procedimento se repetir. Situação que o Projeto de Lei nº 1.189 vem agora traduzir.

A questão envolvendo a participação do sindicato está contemplada, porque, se formos verificar no projeto de lei encaminhado pelo Governador Arruda, ele diz no art. 3º: “As concessões e permissões concedidas para ocupação e exploração de bancas de jornais e revistas no Distrito Federal, inclusive as formalizadas a partir do Edital de Licitação nº 05/95...” – aquele edital decorrente da Lei nº 324. - “... passam a obedecer ao regime jurídico previsto na Lei nº 324”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

E quando você olha o corpo da Lei nº 324, no seu art. 4º: “A seleção dos candidatos à ocupação e exploração de banca de jornais e revistas ou da área anexa far-se-á através de critérios de habilitação e de classificação a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, através de Edital, que será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal”.

E prossegue no § 1º: “Fica assegurada a participação de representantes da classe na definição de critério de habilitação e classificação a serem estabelecidos”.

Então, a Lei nº 324 já traduzia esse anseio da categoria de participar diretamente da elaboração do edital. Então, esse é um contexto que procuramos observar na construção do projeto. E, no mesmo momento em que estamos dando tranquilidade, fazendo a prorrogação pelo prazo novamente de dez anos, seguindo a mesma linha do projeto de lei de 92, nós fazemos a mesma remissão, aproveitando os pontos positivos que a lei já havia destinado a todos os permissionários. Então, essa é a primeira questão que eu queria deixar clara.

Em segundo lugar, a presença da Agência de Fiscalização nesta Casa, Deputado Brunelli, tem justamente o objetivo de demonstrar que é objetivo do Governo fazer com que todas as situações que – por uma razão ou por outra, por ação ou por omissão, por esquecimento, por fato que foi ou pela impossibilidade administrativa, técnica, política ou jurídica de uma determinada situação – caíram na irregularidade possam agora, com o apoio de todos os Parlamentares, encontrar uma solução que dê tranquilidade.

Agora, o ponto que talvez seja o mais complexo... se já temos a definição de que vocês passam a ter permissão, tranquiliza a Agência de Fiscalização no sentido de que, no momento em que chegue lá para fiscalizar, todos estarão de posse do documento hábil a exercer a atividade que vocês já desenvolvem há muitos anos, o que temos que pensar agora é um modo juridicamente correto para que não se venda uma situação que amanhã não possa ser contemplada, que é esta questão da hereditariedade da permissão. Por que isso? Porque vocês têm que ter em mente que, por ser uma transferência de um direito do Estado ao particular, pelo fato de se tratar de exploração de área pública, a regra constitucional é que, encerrado o prazo, a titularidade retorna para o próprio Estado. O que temos que ter é a capacidade – e aí creio que o tempo é suficiente para isso – de, durante esse período de prorrogação dos dez anos, podermos construir as condições de um edital que, quando a permissão vencer, possibilite contemplar esta condição, sem que isso se transforme em um processo sucessório.

Estou fazendo essa observação aqui no sentido de que vocês possam ter a clareza de qual é o desafio. O desafio é a regularização? Não, porque o projeto de lei contempla a regularização. O desafio é fazer a concessão através do termo de permissão regular? Também não, porque isso vai ser a consequência lógica do art. 1º do projeto de lei que faz essa prorrogação por dez anos. O desafio vai ser a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

discussão com o sindicato? Não, absolutamente! Porque a lei contempla, quando ela remete para a legislação anterior, a obrigatoriedade da participação da representação da classe na construção do processo editalício de habilitação. O desafio vai ser, aprovada a lei – e aí não tenho dúvida de que os Parlamentares que estão aqui hoje têm esse compromisso com a categoria, têm esse compromisso com o Distrito Federal de tirar da irregularidade uma atividade econômica essencial.

Quem é que vive sem poder ir a uma banca de jornal? Levar o filho, comprar um jornal, uma revista... Hoje um estabelecimento ampliado, onde você pode comprar o chiclete, a bala, o sorvete... Isso tudo faz parte do dia a dia, do pulsar da cidade! Sejam nas entrequadradas, sejam nas demais cidades do Distrito Federal, vocês estão incorporados na paisagem, no dia a dia de todas as pessoas, na rotina que as pessoas constroem! Quem é que não cultiva o hábito de, no domingo, descer do seu apartamento, ou sair da sua casa, e por uma comodidade, aliado a um exercício, ir até a banca de jornal? Por mais que, hoje em dia, você tenha facilidade da assinatura entregue na sua residência! É porque lá você pode conversar, você tem amigos, você encontra os vizinhos, e isso faz parte do processo de socialização de qualquer estrutura urbana.

O que temos que ter é a capacidade de enfrentar – e aí não tenho dúvida de que esta Casa poderá contribuir, e muito, na construção, para daqui a 10 anos, de um edital que possa contemplar essa segurança jurídica que os senhores perseguem. Eu não vou aqui dizer que tenho a fórmula mágica para isso! Mas nós, quando definimos prazos, definimos rotinas, procedimentos... e, principalmente, não tivemos nenhuma preocupação em aproveitar todos os elementos bons que a Lei nº 324 traz, porque não fazemos aqui política de gestão de ter (ininteligível), na qual tudo que passou foi ruim. Quando é ruim, nós procuramos corrigir; quando é bom, nós temos de ter a coragem de aproveitar. E, a partir daí, encontrarmos esse processo de conciliação no qual os senhores, sem nenhum tipo de utopia, sem nenhum tipo de ilusão, possam, juntos com o Governo e com a Câmara Legislativa, ajudar nessa construção.

Sr. Presidente, Deputado Brunelli, pediram-me um aparte, posso conceder?

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Acato a solicitação de V.Exa.

SR. ROBERTO GIFFONI – Obrigado, Sr. Presidente, acho que esse aparte poderá enriquecer as nossas colocações.

Eu não sei o nome do senhor... (Pausa)

Sr. Lourival, muito prazer.

SR. LOURIVAL – Eu cheguei a Brasília no dia 13 de fevereiro de 1960, e aqui eu estou, até hoje, como titular da minha banca. As leis que foram feitas nesta cidade, as leis foram feitas para serem cumpridas. Mas nós precisamos olhar aqueles profissionais que estão aqui antes das leis!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

Será que na lei, no novo projeto, será incluído um parágrafo que vai ressaltar esses direitos para os profissionais que estão aqui antes da lei?

Segundo: nós, como profissionais, não temos sábado, domingo e feriado, não! Então, vejam, é realmente uma situação muito difícil para os profissionais que enfrentam uma atividade de jornais e revistas! Nós vendemos, educamos e ensinamos a criança a colar a primeira figurinha!

Então, é preciso ver, novamente, como falei, que a ADE tenha a sensibilidade, e vocês que fazem as leis, para resguardar os direitos desses profissionais que estão aqui como banca antes da 8.666, antes da de 92, e etc, etc.

Então, este é um assunto que... A lei não retroage para prejudicar, primeiramente; segundo, como se trata de uma renovação, é uma oportunidade para que os legisladores desta Casa encaminhem e resguardem esses direitos desses vários pioneiros que estão aqui desde antes de 1992, de 1971 etc.

Eu peço desculpas por ter pedido aparte.

SR. ROBERTO GIFFONI – Foi muito oportuno.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Sr. Roberto Giffoni, farei só uma intervenção. Como o Cerimonial pediu para estabelecermos um indicativo de trabalho, vou abrir as inscrições às pessoas que quiserem participar. O Sr. Carlos colherá as inscrições e, depois de encerrá-las, nós vamos dar oportunidade às pessoas para que façam as suas perguntas.

SR. ROBERTO GIFFONI – Sr. Lourival, eu vou tentar explicar novamente. Eu compreendo esse conceito que o senhor expõe. Quando o senhor chegou aqui eu não era nem nascido, para o senhor ter uma idéia. É evidente que não havia a Lei nº 8.666, de 1992, ou a Constituição Federal de 1988.

É evidente que todas essas construções legislativas são fruto de uma necessidade que a sociedade tem de se autoimpor regras porque determinado segmento não estava cumprindo regra nenhuma. E quando se fez a lei da permissão e da concessão, não se pensou segmentadamente: "Olha, vamos aqui pensar no jornalista? Vamos aqui pensar no quiosqueiro? Vamos aqui pensar no dono do *trailer*?" Não, não se pensou assim. O que se montou como conceito – e disso eu não participei, só estou lhe explicando, do ponto de vista jurídico, como isso foi concebido: a regra em relação a tudo aquilo que é do Estado e que ele, por um determinado prazo fixo, transfere ao particular é: quando esse prazo termina, volta para o Estado. Essa é a regra.

Para se adaptar a isso – e esse é o grande desafio, para o qual eu não tenho a fórmula mágica aqui, não vou criar a ilusão de que nós temos a solução na manga do colete – e por ser uma matéria complexa, por, de certa forma, conflitar com essa regra de que o direito público transfere e depois recebe de volta, é que eu acho que o projeto não tem que mexer nisso agora, até porque nós vamos ter 10 anos. "Ah,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

mas daqui a 10 anos como é que eu fico? Em vez de ter 70, eu vou ter 80. Em vez de ter 80, vou ter 90. Será que eu vou ter forças para vir aqui e defender esse meu direito legítimo novamente”?

Este é o desafio de uma discussão sobre a qual vocês, com a regularização na mão, com o termo de permissão regular, tranquilos no exercício da sua atividade, o sindicato, para não dizer que não tem desafio nenhum, porque terá resolvido todos os problemas de todos os jornalheiros, e também nós devemos passar a nos debruçar: como preparar um edital de habilitação. Não é o caso, ainda, de se fazer alteração legislativa, mas de nós termos um edital que amanhã possa considerar esta possibilidade hereditária, essa perspectiva de continuidade desse serviço, que é considerado semipúblico – não é público porque não é do Estado, mas é transferido ao particular, e por isso esse conceito de semipúblico –, sem que isso esteja ferindo a regra maior da Constituição que faz com que essas permissões sejam disponibilizadas e depois retornem.

Isso não é um privilégio da área dos jornalheiros, pois com os táxis e os ônibus acontece a mesma coisa. Todos eles são processos de outorga de concessão ou de permissão. Com as empresas telefônicas, é a mesma coisa. O que nós temos é que ter a mesma possibilidade. Ora, se uma empresa de telefonia pode ter uma concessão do Estado por 30 anos, por mais 30, será que o conceito seria nós elastecermos ainda mais esse prazo, para que se transforme num processo de maior tranquilidade pelo decurso do tempo?

Esse é o desafio sobre o qual eu entendo que a discussão tenha que se debruçar a partir da regularização.

O que nós não queremos, e creio que o Parlamento também, é que se demore nessa regularização, porque quanto mais tempo demora, maiores são as angústias de vocês em relação à instabilidade do exercício da sua atividade, maior é a dificuldade, por exemplo, para se obter um crédito para melhorar a banca de jornal e revista. Isto pode ser solucionado com rapidez, se se colocar a matéria na pauta para ser votada em primeiro e segundo turnos, como uma medida de consenso: a prorrogação do prazo, a aplicação do regime da Lei nº 324 e a imediata disponibilização dos termos de permissão, dando a vocês a tranquilidade para trabalhar.

Sr. Presidente, eu creio que é importante fazermos a apresentação da posição do Governo, que está externada aqui no próprio conteúdo do projeto, na mensagem que o Governador Arruda assinalou para tomar essa iniciativa dentro de um processo extremamente transparente. O Governo deseja regularizar aquilo que estava fora da regularidade para que nós possamos dar a todos os seguimentos a oportunidade de trabalhar com tranquilidade, com dignidade e com a parceria que o Poder Público deve permanentemente estabelecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	22

Por isso, encerro as minhas palavras e me coloco à disposição para tirar dúvidas e participar do debate nesta grande audiência pública, bela iniciativa para tratar de tema tão relevante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Informo a você que está nos acompanhando pela *TV Distrital* que esta é a Comissão Geral destinada ao debate do Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que prorroga as concessões e permissões de bancas de jornais e revistas previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992.

Fechamos o momento da inscrição. Não houve nenhum inscrito para fazer intervenções.

Eu quero concluir esta Comissão mencionando alguns deveres que nos foram passados pelo sindicato. Assim como a Deputada Jaqueline Roriz, nós também apresentamos uma emenda ao projeto. Ela cria, no art. 2º, o parágrafo único, que passo a ler:

“Parágrafo único. Para dar transparência ao processo e recadastramento que trata o *caput* deste artigo, a entidade representativa dos permissionários e cessionários de bancas de jornais e revistas do Distrito Federal emitirá documento essencial a cada um dos atuais ocupantes, atestando sua atividade profissional”.

Essa emenda, que já está registrada no nosso parecer, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários, pode ser subscrita por Deputados Distritais que queiram se somar a nós.

Há também uma emenda ao art. 3º: “Fica assegurado aos ocupantes das áreas públicas que exerciam comprovadamente até janeiro de 2000 as atividades de bancas de jornais e revistas, que trata a Lei nº 324 de 1992, e foram removidos o direito de relocação em áreas iguais, em condições semelhantes àquelas do objeto da remoção, exceto se movidos por envolvimento em atividades ilegais”.

Então, nós estamos aplicando o senso da justiça e buscando o fortalecimento da representatividade da categoria para que haja uma unidade, para que haja um crescimento. Entendemos que hoje essa representatividade está falando com muita altivez e legitimidade daquilo de que a categoria necessita. Existem entidades, e digo isso com pesar, que não representam com honradez e legitimidade as categorias de base. Elas se reúnem com alguns movimentos e assim o fazem. É uma forma muito triste de ver os valores invertidos da sociedade, mas não é o caso do sindicato, que realmente tem trabalhado brilhantemente. Eu o tenho acompanhado desde 2003, participado daqueles jantares de final de ano, sempre ali no Carrefour, na Churrascaria Pampa, que têm realmente trazido alegria à família dos jornaleros.

Muitas promessas foram colocadas ali, ao longo dos anos, e, graças a Deus, estamos aqui não com um discurso, mas com uma vida de trabalho, de proposições



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

efetivadas. Também com a apresentação do projeto de lei, buscando uma discussão muito efervescida junto à categoria dos supermercados, que é exatamente a retirada da venda das revistas e dos jornais em supermercados. Temos conversado com representantes da Associação dos Supermercadistas, para que eles entendam essas atividades. Trata-se de uma atividade fim. Realmente há necessidade dessa demanda dos senhores, que têm lutado desde a fundação de Brasília. Temos exemplos fantásticos aqui de pessoas que chegaram para construir esta cidade e hoje têm os seus filhos formados, aprovados em concursos públicos Mas, na pequena banca de revista, no pequeno sonho empreendedor de cada um dos senhores, há um sonho, há uma conquista, não é só um trabalho. Há um *modus operandi* de vida, e nós queremos agradecer a vocês isso.

Agradeço a cada um a presença.

Pergunto à Mesa se há alguma colocação a ser feita.

Concedo a palavra ao Sr. José Maria da Cunha.

SR. JOSÉ MARIA DA CUNHA – Eu só queria acrescentar alguma coisa ao pronunciamento do Giffoni.

Todos os nossos contratos das bancas de jornais foram feito através de editais. Nesses editais, constavam o direito de renovação da nossa permissão e o direito de transferência *inter vivos* e *causa mortis*. Tanto, que a Lei nº 324 nada mais é do que uma consolidação de todos os projetos que existiam antes da criação da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Consolidamos todas aquelas portarias que tinham aquelas normas, todas nesse projeto de lei.

Esse projeto de lei é muito completo na sua essência. Ele fixa os editais de licitação, os critérios a serem adotados, e assegura o direito de renovação da permissão *inter vivos* e *causa mortis*. Não é justo que você crie uma empresa e, em determinado prazo, simplesmente ela morra. Temos que assegurar a continuidade desse trabalho, até para que a comunidade não seja prejudicada. E a nossa lei é muito completa nisso. Naturalmente que hoje, com a evolução dos tempos, precisamos melhorá-la. Há muitas coisas que precisamos melhorar. Nesse projeto que apresentamos, há algumas colocações, essas emendas da Deputada Jaqueline Roriz e do Deputado Brunelli, exatamente já trazendo essas melhoras. Mais tarde, passada essa aprovação, apresentaremos um novo projeto, fazendo uma consolidação melhor da situação que estamos vivendo.

O que coloquei também no meu pronunciamento é que Brasília precisa, com urgência, criar uma legislação específica para licitar bancas de jornais. Fizemos um levantamento, há uns quatro ou cinco anos, e vimos que Brasília tem hoje uma carência de mais de 500 pontos de venda. Imaginem quantos mil empregos poderão ser gerados nisso. O próprio Plano Piloto tem mais de 10 áreas carentes. Há superquadras que não têm uma banca de jornal, e isso está fazendo com que as padarias e os supermercados passem a vender jornais e revistas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

Quero agradecer aos Deputados presentes, ao Deputado Brunelli, esse grande amigo, à Deputada Jaqueline Roriz, e ao Giffoni. Vamos nos fortalecer. Temos muitas idéias para serem colocadas aqui, *a posteriori*, no sentido de melhorar, fortalecer a atuação do jornaleiro na comunidade. Como deixou bem claro o nosso amigo Lourival, nós não vendemos só jornais, nós semeamos cultura. A banca de jornal é um ponto de integração da comunidade local. Quantas vezes as pessoas passam na banca e dizem: "Quando o meu filho passar aqui, entregue isso para ele". Pais deixam livros dos filhos.

A banca de jornal é um fator de integração, é o cartão de visita de uma superquadra. Então, precisamos melhorar isso. Nós até temos um projeto de autoria do Deputado Odilon Aires que cria um mezanino para a banca de jornal, uma sala de leitura.

Queremos melhorar o nosso trabalho. É por aí que temos as nossas idéias. E vamos ficar unidos, vamos ficar juntos para apresentar novos projetos de lei, melhorando essa nossa atualização.

Quero até comunicar que amanhã haverá uma reunião, no Auditório de Taguatinga, dos jornaleiros com a Administração Regional, para discutir a venda de jornais e revistas em padarias, postos de gasolina, farmácias, supermercados e lojas de conveniência.

Estão convidados aqui os Deputados Brunelli e Jaqueline Roriz. Até o Giffoni, se quiser, poderá estar presente para debatermos a consequência da evasão do nosso espaço comercial.

Muito obrigado aos jornaleiros! Vamos ficar juntos, meus amigos, meus companheiros, porque nesta Casa está a nossa salvação!

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Com a palavra o Secretário Roberto Giffoni, para fazer as últimas considerações.

SR. ROBERTO GIFFONI – Eu estava aqui ouvindo o Zé Maria e, ao mesmo tempo, tentando transformar, materializar uma provocação positiva da Deputada Jaqueline Roriz, que seria a possibilidade de se fazer uma emenda ao projeto – podemos até fazê-la, para não prejudicar o conteúdo do projeto em si –, acrescentando na Lei nº 324, que ainda está em vigor... usando o mesmo conceito utilizado, por exemplo, no projeto de lei que o Supremo recentemente considerou constitucional, em 2007, quanto à preferência na aquisição dos lotes em condomínio, no sentido de que o edital de habilitação tenha essa faculdade. Não como uma imposição, mas como uma faculdade. E, aí, faço novamente o registro: foi uma provocação da Deputada Jaqueline Roriz nesse tema. Um parágrafo ficaria mais ou menos assim, Deputado Brunelli, acrescentando na Lei nº 324: "§ 3º do art. 4º - O instrumento do edital referente ao procedimento de licitação previsto nessa lei poderá consignar direito de preferência em favor do permissionário regular, de modo a permitir a continuidade dos serviços prestados." Ou seja, não estamos falando que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25

é uma hereditariedade; estamos apontando que, na ausência ou mesmo na presença, possa se dar a perspectiva desse direito de preferência. Talvez seja esse o ponto de que poderemos nos valer para aperfeiçoamento da medida legislativa e para atender a esse anseio dos senhores e da categoria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Quando dei essa idéia, juntamente com o Giffoni – até como leiga –, eu disse assim: a TERRACAP, quando vai licitar um lote, não deveria dar preferência a quem está nele, Sr. Secretário? Ele falou assim: “Com certeza. Mas teríamos que colocar isso no edital de licitação.” Foi quando surgiu essa brilhante idéia.

Acho que esta Casa busca entendimentos e melhoras nos projetos. É isso que estamos dispostos a colocar no nosso trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Registro a presença do Sr. Kennedy, que assessora o Vice-Governador Paulo Octávio.

Agradeço a Deus a presença de cada um dos senhores e das senhoras. A Câmara Legislativa é isto. Ela existe para servir vocês. Não existe um poder soberano, a não ser o de Deus nesta Terra. Existe um poder imanado pelo povo cujo representante é o Poder Legislativo, que dota os orçamentos, que faz a sua faculdade, que a cada dia que se passa precisa ser mais independente, mais altivo, mais harmônico. Acima de tudo, harmônico, buscando contribuições com o Poder Executivo, para juntos construírem uma Brasília muito melhor.

Podem ter certeza de que nós estaremos aqui, eu, a Deputada Jaqueline Roriz e todos os Deputados que estiveram aqui, o Sr. José Maria, o Sr. Ednaldo, lutando por vocês.

Não temos em nossa vida um discurso vazio que consiste numa campanha eleitoral que passa e depois fazemos o reverso daquilo que nos propomos. Temos coragem. Nós podemos mudar muitas coisas, porque acreditamos em Deus e acreditamos em vocês. Com certeza, esta cidade e vocês estarão mais felizes, pois nós estaremos exercitando a nossa cidadania a cada dia que passar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2009	15h50min.	22ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26

Deus abençoe a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h51min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 62-Suplemento, de 13/4/2009.